USO INDISCRIMINADO DE MEDICAÇÕES PSICOESTIMULANTES POR ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS E RISCOS ASSOCIADOS

NOME DO ALUNO: ENZO EMANUEL GRACIANO GERVAZIO
ORIENTADOR: PROF. ME. VICTOR VINICIUS LINS NUNES

PATOS – PB
2026.1

ENZO EMANUEL GRACIANO GERVAZIO

USO INDISCRIMINADO DE MEDICAÇÕES PSICOESTIMULANTES POR ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS E RISCOS ASSOCIADOS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro Universitário de Patos UNIFIP, como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Bacharel em Biomedicina pela referida instituição.

Orientador:

Prof. Me. Victor Vinicius Lins Nunes

PATOS - PB
2026

ENZO EMANUEL GRACIANO GERVAZIO

USO INDISCRIMINADO DE MEDICAÇÕES PSICOESTIMULANTES POR ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS E RISCOS ASSOCIADOS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro Universitário de Patos UNIFIP, como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Bacharel em Biomedicina pela referida instituição.

Aprovado em: 25/05/26

PROF. ME VICTOR VINICIUS LINS NUNES
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE PATOS UNIFIP
(ORIENTADOR)

PROF. ESP LUCAS LINCOLN ARAÚJO
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE PATOS UNIFIP
(1° MEMBRO)

PROF. ME JONAS FERREIRA DE ALMEIDA
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE PATOS UNIFIP
(2° MEMBRO)

FICHA CATALOGRÁFICA
Dados de Acordo com AACR2, CDU e CUTTER
Biblioteca Central - UNIFIP

Gervazio, Enzo Emanuel Graciano.
G386u Uso Indiscriminado de Medicações Psicoestimulantes por Estudantes Universitários e Riscos Associados. / Enzo Emanuel Graciano Gervazio. – Patos – PB: UNIFIP, 2026.
24 fls.

Orientador(a): Prof. Me. Victor Vinicius Lins Nunes
Monografia - Graduação, Bacharelado em Biomedicina
Centro Universitário de Patos UNIFIP

1. Psicoestimulantes. 2. Uso não prescrito. 3. Universitários. 4. Desempenho acadêmico. 5. Aprimoramento cognitivo. I. Título. II. UNIFIP

UNIFIP/BC CDU: 616.15
Francisco C. Leite – Bibliotecário. CRB 15/0076

Dedico este trabalho, primeiramente, a Deus, por me conceder força, sabedoria e perseverança ao longo dessa jornada. À minha família, pelo apoio, incentivo e confiança, fundamentais para a realização deste sonho.

AGRADECIMENTOS

Agradecer primeiramente a Deus que me abençoa sempre para que eu não desista. Aos meus pais por me darem força e coragem para conquistar meus objetivos e confiarem em mim, sem eles nada disso seria possível. Tudo que sou hoje é graças a vocês. Aos meus colegas que caminharam junto comigo e carregaram as mesmas alegrias, aflições, medos e angústias, podemos então dizer que deu tudo certo e que Deus nos abençoe sempre!

“Nada na vida deve ser temido, apenas compreendido.” Marie Curie

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: Síntese descritiva das publicações selecionadas	13
QUADRO 2: Compilação dos resultados relevantes dos artigos incluídos	14

LISTA DE ABREVIATURAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

ADHD – *Attention Deficit Hyperactivity Disorder*

CNS – *Central Nervous System* (Sistema Nervoso Central)

IES – Instituições de Ensino Superior

NMPS – *Nonmedical Use of Prescription Stimulants* (Uso não médico de estimulantes prescritos)

TDAH – Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade

WHO – *World Health Organization* (Organização Mundial da Saúde)

SciELO – Scientific Electronic Library Online

TDAH – Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade

UNIFIP – Centro Universitário de Patos

ARTIGO A SER SUBMETIDO À REVISTA COOPEX DO CENTRO UNIVERSITÁRIO DE PATOS

USO INDISCRIMINADO DE MEDICAÇÕES PSICOESTIMULANTES POR ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS E RISCOS ASSOCIADOS

Revista COOPEX (ISSN:2177-5052)

USO INDISCRIMINADO DE MEDICAÇÕES PSICOESTIMULANTES POR ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS E RISCOS ASSOCIADOS

INDISCRIMINATE USE OF PSYCHOSTIMULANT MEDICATIONS BY UNIVERSITY STUDENTS AND ASSOCIATED RISKS

Enzo Emanuel Graciano Gervazio[1]

Victor Vinicius Lins Nunes[2]

RESUMO: O uso de medicamentos psicoestimulantes tem crescido de forma expressiva no ambiente universitário, especialmente entre estudantes que buscam aprimorar o desempenho acadêmico, aumentar a concentração e prolongar o tempo de estudo. Embora esses fármacos sejam indicados para o tratamento de transtornos específicos, como o transtorno do déficit de atenção e hiperatividade, sua utilização fora do contexto terapêutico tem se configurado como um problema emergente de saúde pública. Nesse cenário, o uso não prescrito de psicoestimulantes levanta preocupações relacionadas aos riscos à saúde física e mental, além de implicações éticas e sociais no contexto acadêmico. Objetivou-se analisar o uso indiscriminado de medicações psicoestimulantes por estudantes universitários e os riscos associados a essa prática, identificando os principais fatores motivadores, os benefícios percebidos e os efeitos adversos relatados na literatura científica. Justifica-se a realização desta pesquisa pela crescente prevalência do consumo não prescrito desses medicamentos entre universitários e pela necessidade de ampliar o conhecimento científico que subsidie estratégias preventivas e educativas no ambiente acadêmico. Trata-se de uma revisão de literatura, com abordagem qualitativa, de caráter exploratório, descritivo e analítico. O levantamento bibliográfico foi realizado nas bases de dados SciELO, PubMed e ScienceDirect, utilizando descritores em português e inglês relacionados ao uso de psicoestimulantes, universitários, desempenho acadêmico e riscos à saúde. Foram incluídos estudos publicados nos últimos dezoito anos, disponíveis na íntegra, que abordassem o uso prescrito ou não prescrito de psicoestimulantes entre estudantes universitários. Após seleção e leitura crítica, os dados foram organizados e analisados de forma interpretativa. Os resultados indicam prevalência significativa do uso não médico de psicoestimulantes entre universitários, com destaque para medicamentos como metilfenidato e lisdexanfetamina. A principal motivação relatada foi a busca por melhora do desempenho acadêmico, especialmente em períodos de alta demanda, como semanas de provas. Entretanto, os estudos demonstram associação consistente entre o uso indevido desses fármacos e efeitos adversos, como ansiedade, distúrbios do sono, alterações cardiovasculares e maior envolvimento com outras substâncias psicoativas. Observou-se ainda que o uso não prescrito não se relaciona a melhor desempenho acadêmico sustentado, funcionando como indicador de vulnerabilidade psicossocial. Conclui-se que o uso indiscriminado de psicoestimulantes no contexto universitário representa um comportamento complexo, associado a riscos significativos à saúde e ao bem-estar dos estudantes. Os achados reforçam a necessidade de ações preventivas integradas, baseadas em educação em saúde, uso racional de medicamentos e atenção à saúde mental, visando à redução desse comportamento e à promoção de um ambiente acadêmico mais saudável.

Palavras-chaves: Psicoestimulantes. Uso não prescrito. Universitários. Desempenho acadêmico. Aprimoramento cognitivo.

ABSTRACT: The use of psychostimulant medications has increased markedly in the university environment, particularly among students seeking to enhance academic performance, improve concentration, and extend study time. Although these drugs are indicated for the treatment of specific disorders, such as attention-deficit/hyperactivity disorder, their use outside therapeutic contexts has emerged as a growing public health concern. In this scenario, the non-prescribed use of psychostimulants raises concerns regarding risks to physical and mental health, as well as ethical and social implications within the academic setting. This study aimed to

[1]Acadêmico do Curso de Biomedicina do Centro Universitário de Patos. Email: enzogervazio@biomed.fiponline.edu.br

[2] Especialista, Coordenador e Docente do Curso de Bacharelado em Biomedicina UNIFIP. Email: victornunes1@fiponline.edu.br

analyze the indiscriminate use of psychostimulant medications by university students and the risks associated with this practice, identifying the main motivating factors, perceived benefits, and adverse effects reported in the scientific literature. The justification for this research lies in the increasing prevalence of non-prescribed consumption of these medications among university students and the need to expand scientific knowledge to support preventive and educational strategies in academic environments. This study consists of a literature review with a qualitative, exploratory, descriptive, and analytical approach. The bibliographic search was conducted in the SciELO, PubMed, and ScienceDirect databases, using descriptors in Portuguese and English related to psychostimulant use, university students, academic performance, and health risks. Studies published over the past eighteen years, available in full text, and addressing prescribed or non-prescribed psychostimulant use among university students were included. After selection and critical reading, the data were organized and analyzed interpretatively. The results indicate a significant prevalence of non-medical psychostimulant use among university students, particularly medications such as methylphenidate and lisdexamfetamine. The primary motivation reported was the pursuit of improved academic performance, especially during periods of high academic demand, such as examination weeks. However, the studies consistently demonstrate an association between inappropriate use of these medications and adverse effects, including anxiety, sleep disturbances, cardiovascular alterations, and increased involvement with other psychoactive substances. Furthermore, non-prescribed use was not associated with sustained academic performance improvement, instead serving as an indicator of psychosocial vulnerability. It is concluded that the indiscriminate use of psychostimulants in the university context represents a complex behavior associated with significant risks to students' health and well-being. The findings reinforce the need for integrated preventive actions based on health education, rational use of medications, and attention to mental health, aiming to reduce this behavior and promote a healthier academic environment.

Keywords: Psychostimulants. Non-prescribed use. University students. Academic performance. Cognitive enhancement.

INTRODUÇÃO

O uso de medicamentos psicoestimulantes tem aumentado de forma significativa nas últimas décadas, especialmente no contexto acadêmico, impulsionado pela busca por melhora do desempenho cognitivo, aumento da concentração e prolongamento do tempo de estudo. Embora esses fármacos sejam indicados principalmente para o tratamento de transtornos como o déficit de atenção e hiperatividade, sua utilização fora do contexto terapêutico tem se tornado uma prática recorrente entre estudantes universitários, configurando um problema emergente de saúde pública (Arria; Dupont, 2010; World Health Organization, 2019).

Diversos estudos apontam que o uso não prescrito de psicoestimulantes entre universitários está associado a fatores como pressão acadêmica, competitividade, carga excessiva de estudos e crenças equivocadas sobre ganhos cognitivos sem riscos. Apesar da percepção de benefícios imediatos, como maior estado de alerta e concentração, evidências científicas indicam que esses efeitos são frequentemente acompanhados por consequências adversas, incluindo ansiedade, distúrbios do sono, alterações cardiovasculares e risco de dependência (De Santis; Noar; Webb, 2014; Silva *et al.,* 2020).

Os principais medicamentos psicoestimulantes incluem o metilfenidato (Ritalina®), a lisdexanfetamina (Venvanse®) e a modafinila (Stavigile®). Esses fármacos promovem

aumento dos níveis de motivação, disposição, estado de alerta e energia, resultando em maior ativação das funções cognitivas e atencionais do sistema nervoso central, de forma semelhante à regulação de funções vitais automáticas, como a respiração e o ritmo cardíaco. Além disso, atuam mimetizando efeitos fisiológicos comparáveis aos da adrenalina, um importante neurotransmissor, motivo pelo qual são classificados como agentes simpatomiméticos (Sadock *et al.,* 2015).

Além dos impactos individuais, o uso indiscriminado de psicoestimulantes levanta preocupações éticas e sociais no ambiente universitário, uma vez que pode promover desigualdades no desempenho acadêmico e normalizar práticas potencialmente prejudiciais à saúde. Estudos epidemiológicos recentes demonstram que a prevalência desse comportamento varia conforme o curso, o ano acadêmico e o acesso à informação, reforçando a necessidade de abordagens preventivas e educativas voltadas para essa população (Wilens *et al.,* 2016; Arria *et al.,* 2018).

Diante do exposto, faz-se necessário analisar o uso indiscriminado de medicações psicoestimulantes por estudantes universitários e os riscos associados à saúde. Buscando identificar os principais fatores motivadores desse uso, descrevendo os potenciais efeitos adversos físicos e psicológicos relatados na literatura e discutindo as implicações desse comportamento no contexto acadêmico e na saúde pública. A pesquisa fundamenta-se na crescente prevalência do uso não prescrito de psicoestimulantes entre universitários e na necessidade de ampliar o conhecimento científico sobre seus impactos, contribuindo para a formulação de estratégias preventivas, educativas e regulatórias voltadas à promoção do uso racional de medicamentos e à proteção da saúde dessa população.

METODOLOGIA

Este estudo consiste em uma revisão de literatura integrativa com abordagem qualitativa, de caráter exploratório, descritivo e analítico, desenvolvida com a finalidade de examinar a produção científica acerca do uso indiscriminado de medicamentos psicoestimulantes entre estudantes universitários e os riscos associados à saúde e ao contexto acadêmico.

O levantamento bibliográfico foi conduzido em bases de dados científicas de ampla relevância, incluindo SciELO, PubMed e ScienceDirect, selecionadas por sua representatividade nas áreas de saúde coletiva, farmacologia, psiquiatria e educação. A consulta

a essas bases permitiu o acesso a estudos nacionais e internacionais pertinentes ao tema investigado.

Para a busca dos estudos, foram empregados termos controlados e palavras-chave em português e inglês, combinados por meio dos operadores booleanos AND e OR, tais como: psicoestimulantes, uso não prescrito, universitários, desempenho acadêmico, aprimoramento cognitivo, psychostimulants, non-medical use, college students e health effects.

Foram considerados elegíveis artigos científicos, dissertações, teses e documentos institucionais publicados nos últimos dezoito anos, disponíveis na íntegra, que abordassem o consumo prescrito ou não prescrito de psicoestimulantes no ambiente universitário, incluindo aspectos relacionados à prevalência, motivações de uso, benefícios percebidos e potenciais efeitos adversos. Documentos técnicos elaborados por órgãos oficiais também foram incluídos.

Foram excluídas publicações repetidas, estudos que não apresentassem relação direta com a temática proposta, pesquisas realizadas exclusivamente com populações distintas de estudantes universitários, bem como trabalhos cujo acesso ao texto completo não estivesse disponível.

O processo de seleção ocorreu em etapas sucessivas, não sendo delimitado um espaço amostral, iniciando-se pela análise dos títulos e resumos, seguida da leitura integral dos textos previamente selecionados. Posteriormente, os estudos incluídos foram organizados de acordo com seus objetivos, delineamentos metodológicos e principais achados, permitindo uma análise sistemática do material, foram obtidos 48 artigos que após todas as etapas citadas resultaram em 8 artigos completos e originais.

A análise dos dados foi realizada de forma qualitativa e interpretativa, por meio de leitura crítica e comparação dos resultados, possibilitando a identificação de padrões, divergências e lacunas na literatura. Os achados foram sintetizados de maneira descritiva, estruturados em eixos temáticos, como uso não prescrito de psicoestimulantes, busca por melhora da concentração e desempenho acadêmico, riscos à saúde física e mental e implicações para a saúde pública e o ambiente universitário.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados obtidos a partir dos estudos selecionados foram sistematizados no Quadro 1, considerando informações como autoria, ano de publicação, título e objetivo de cada pesquisa. No total, foram analisados 8 artigos que atenderam aos critérios de elegibilidade previamente

estabelecidos, possibilitando a construção de uma visão sintética e integrada da produção científica relacionada ao tema investigado.

Quadro 1 – Síntese descritiva das publicações selecionadas

Autores (ano)	Título do artigo	Objetivo do estudo
Arria; DuPont, 2010	Nonmedical Prescription Stimulant Use Among College Students: Why We Need to Do Something and What We Need to Do	Consolidar discussões na literatura para definir as questões relacionadas ao uso não médico de estimulantes prescritos e apresentar um plano para diminuir esse uso.
Fairman *et al.*, 2021	Prescription stimulant use among young adult college students: Who uses, why, and what are the consequences?	Investigar o uso de estimulantes prescritos entre estudantes universitários, diferenciando usuários com e sem prescrição médica ou diagnóstico de TDAH, bem como identificar fatores associados, motivações e efeitos adversos.
DeSantis; Webb; Noar, 2008	Illicit Use of Prescription ADHD Medications on a College Campus: A Multimethodological Approach	Analisar a prevalência, as percepções, motivações e padrões de uso ilegal de estimulantes para TDAH entre universitários, utilizando métodos quantitativos e qualitativos.
Clemow; Walker, 2014	The Potential for Misuse and Abuse of Medications in ADHD: A Review	Revisar criticamente a literatura sobre uso não médico, abuso, desvio e simulação relacionados aos medicamentos para TDAH, explorando mecanismos neurobiológicos, prevalência e riscos associados.
Antshel *et al.*, 2025	Primary prevention of prescription stimulant misuse in first-year college students	Avaliar a eficácia de uma intervenção breve de prevenção primária para reduzir o uso indevido de estimulantes prescritos entre estudantes universitários ingressantes.
Kilmer *et al.*, 2021	Nonmedical Use of Prescription Stimulants as a “Red Flag” for Other Substance Use	Estimar a prevalência do uso não médico de estimulantes prescritos e sua associação com outros comportamentos de risco em universitários.
Garnier-Dykstra *et al.*, 2012	Nonmedical Use of Prescription Stimulants During College: Four-Year Trends in Exposure Opportunity, Use, Motives, and Sources	Examinar tendências longitudinais do uso não médico de estimulantes prescritos, incluindo motivos, vias de administração, fontes e fatores de risco.
Arêdes *et al.*, 2023	Uso de psicoestimulantes entre acadêmicos de medicina no brasil: prevalência e fatores associados	Analisar a prevalência e os fatores associados ao uso de psicoestimulantes entre estudantes de medicina no Brasil.

Fonte: Autor da pesquisa, (2026)

Os achados provenientes dos estudos incluídos foram consolidados e apresentados no Quadro 2, seguindo a mesma organização e sequência previamente estabelecidas no Quadro 1.

Quadro 2 – Compilação dos resultados relevantes dos artigos incluídos

Autores	Principais resultados
Arria; DuPont, 2010	O estudo demonstra que a desmistificação de crenças equivocadas, frequentemente reforçadas pela mídia e pela cultura universitária, é fundamental para reduzir a normalização e a glamorização desse comportamento. Além disso, os achados evidenciam que o uso não médico de estimulantes não ocorre de forma isolada, mas está inserido em um padrão mais amplo de envolvimento com álcool e outras drogas, indicando maior vulnerabilidade a comportamentos de risco. O artigo também destaca que a implementação de oito estratégias integradas, envolvendo estudantes, familiares, profissionais de saúde, instituições de ensino, órgãos governamentais e a indústria farmacêutica, pode contribuir significativamente para a redução desse uso, por meio da disseminação de informações corretas, do fortalecimento da prevenção, do incentivo à pesquisa e do desenvolvimento de medicamentos com menor potencial de abuso.
Fairman *et al.*, 2021	Entre os 219 estudantes que relataram uso de estimulantes prescritos, aproximadamente 46% não possuíam prescrição médica nem diagnóstico de TDAH. O uso não prescrito esteve significativamente associado à menor escolaridade parental, matrícula em instituições privadas e ao uso recente de maconha e tabaco. Estudantes sem prescrição relataram com maior frequência o uso para prolongar vigília, aumentar sociabilidade e manter atividades recreativas por mais tempo. Esse grupo também reportou menor ocorrência de efeitos adversos, sugerindo possível subestimação dos riscos farmacológicos.
DeSantis; Webb; Noar, 2008	Dos 1.811 estudantes avaliados, cerca de 34% relataram uso ilegal de estimulantes para TDAH. O consumo foi mais frequente em períodos de elevada demanda acadêmica, como semanas de provas. A maioria dos usuários percebeu melhora na atenção, memória e resistência à fadiga. Observou-se amplo desconhecimento sobre riscos farmacológicos, além de percepção de fácil acesso e baixo estigma social relacionado ao uso.
Clemow; Walker, 2014	A revisão apontou prevalência variável de uso não médico de estimulantes entre universitários, alcançando valores entre 5% e 35%, dependendo do contexto avaliado. O potencial de abuso foi diretamente relacionado à ação dopaminérgica rápida dos estimulantes, especialmente metilfenidato e anfetaminas. Em contraste, medicamentos não estimulantes apresentaram baixo potencial de desvio e uso indevido.
Antshel *et al.*, 2025	Após três meses de acompanhamento, a prevalência de uso indevido foi significativamente menor no grupo intervenção (4,9%) em comparação ao grupo controle (11,5%). A redução esteve associada principalmente à diminuição das expectativas positivas em relação aos estimulantes, enquanto habilidades de gerenciamento de tempo não apresentaram impacto significativo.
Kilmer *et al.*, 2021	A prevalência anual de uso não médico foi de aproximadamente 17%. O NMPS apresentou associação significativa com consumo de álcool, binge drinking, uso de maconha, faltas às aulas e envolvimento em organizações estudantis. Também foram observadas percepções normativas equivocadas sobre a frequência de uso entre pares.
Garnier-Dykstra *et al.*, 2012	Ao longo do acompanhamento, cerca de 62% dos estudantes receberam oferta de estimulantes e 31% relataram uso não médico. O principal motivo permaneceu o estudo, e a principal fonte foram colegas com prescrição médica. O uso esteve consistentemente associado a menor desempenho acadêmico e a transtornos relacionados ao uso de álcool e cannabis.
Arêdes *et al.*, 2023	A prevalência de uso foi de aproximadamente 20%, sendo que quase metade dos usuários não possuía diagnóstico de TDAH. O metilfenidato foi o fármaco mais utilizado. O consumo esteve associado a privação de sono, tabagismo, efeitos adversos e histórico de reprovação acadêmica, apesar da percepção de benefícios cognitivos.

Fonte: Autores da pesquisa, (2026)

O estudo de Arria; DuPont (2010), reforça que o uso não médico de estimulantes prescritos entre universitários não deve ser interpretado apenas como uma prática pontual para melhora do desempenho acadêmico, mas como parte de um conjunto mais amplo de comportamentos de risco relacionados ao consumo de substâncias. A persistência de mitos que minimizam os danos associados a esses medicamentos contribui para sua normalização no ambiente universitário, dificultando ações preventivas eficazes. Esses achados são corroborados por Wilens *et al*., (2016) que destacam a associação entre o uso não prescrito de psicoestimulantes e outros comportamentos ilícitos, que evidenciam o risco de uso indevido, desvio e desenvolvimento de dependência, ressaltando a necessidade de intervenções baseadas em evidências no contexto acadêmico.

Os achados do estudo de Fairman *et al.*, (2021) sugerem que o uso não prescrito de estimulantes entre universitários está fortemente ancorado em uma percepção instrumental e recreativa dessas substâncias, reforçada pela crença de que os riscos são mínimos quando comparados aos benefícios imediatos. A menor ocorrência de efeitos adversos relatada por usuários sem prescrição pode refletir não apenas diferenças individuais, mas também uma subvalorização dos efeitos cumulativos e de longo prazo. Esse padrão de normalização do uso, especialmente em contextos sociais e acadêmicos, contribui para a invisibilização dos riscos neuropsiquiátricos e cardiovasculares associados ao consumo indevido, dificultando estratégias de prevenção eficazes nos campi universitários (Benjamin *et al.*, 2016).

Já os resultados de DeSantis; Webb; Noar, (2008) evidenciam que o uso ilegal de estimulantes para TDAH está profundamente integrado à cultura acadêmica de alto desempenho, sendo frequentemente legitimado como uma estratégia aceitável para lidar com sobrecarga e estresse. A percepção de benefícios cognitivos, aliada ao desconhecimento dos riscos farmacológicos e à facilidade de acesso, contribui para a banalização do uso e para a redução do estigma associado a essa prática. Esse cenário favorece a adoção recorrente dessas substâncias em momentos críticos do calendário acadêmico, reforçando um ciclo de dependência funcional que pode evoluir para padrões problemáticos de uso (Schepis; Krishnan-Sarin, 2018).

A literatura revisada demonstra que o potencial de abuso dos estimulantes está diretamente relacionado às suas propriedades farmacológicas, especialmente à rapidez e intensidade da modulação dopaminérgica em regiões cerebrais associadas à recompensa. O estudo de Clemow; Walker, (2014) corroboram com essa característica explicando por que

medicamentos eficazes no tratamento do TDAH também apresentam elevada suscetibilidade ao uso indevido e ao desvio. Em contrapartida, a baixa atratividade dos fármacos não estimulantes para uso recreativo destaca seu papel estratégico como alternativa terapêutica em populações com maior risco de abuso, reforçando a importância de decisões clínicas individualizadas e monitoramento contínuo da prescrição.

Antshel *et al.*, (2025) indicam que a eficácia da intervenção preventiva esteve menos relacionada ao desenvolvimento de habilidades práticas e mais à modificação de crenças e expectativas irreais sobre os efeitos dos estimulantes no desempenho acadêmico. Isso sugere que o uso indevido é sustentado predominantemente por fatores cognitivos e motivacionais, e não apenas por dificuldades organizacionais. Assim, estratégias preventivas que desafiam narrativas positivas sobre o uso de estimulantes tendem a ser mais eficazes, especialmente quando implementadas precocemente na trajetória universitária, antes da consolidação de padrões de uso (Loe *et al.*, 2016).

Os resultados descritos por Kilmer *et al.*, (2021) reforçam que o uso não médico de estimulantes prescritos não ocorre de forma isolada, mas integra um conjunto mais amplo de comportamentos de risco, caracterizado pelo consumo de múltiplas substâncias e pelo engajamento em práticas potencialmente prejudiciais à saúde e ao desempenho acadêmico. A presença de percepções normativas distorcidas sobre o comportamento dos pares contribui para a legitimação do uso, criando um ambiente social favorável à sua manutenção. Nesse sentido, o NMPS pode ser compreendido como um importante indicador precoce de vulnerabilidade comportamental, com implicações relevantes para ações preventivas e de vigilância em saúde universitária (Wells *et al.*, 2020).

A elevada exposição à oferta de estimulantes ao longo da vida universitária evidencia a ampla circulação social desses medicamentos no ambiente acadêmico, sustentada principalmente por redes informais entre colegas. A associação persistente entre uso não médico, desempenho acadêmico inferior e transtornos relacionados ao uso de álcool e cannabis sugere que o consumo de estimulantes não atua como fator protetor do rendimento, mas como marcador de dificuldades acadêmicas e psicossociais. Esses achados destacam a necessidade de intervenções integradas que envolvam não apenas estudantes, mas também prescritores e familiares, visando reduzir o desvio e o compartilhamento de medicamentos controlados (Garnier-Dykstra *et al.*, 2012; Van Eck *et al.*, 2017).

Arêdes *et al.*, (2023) destaca que no contexto da formação médica, essa que é marcada por uma elevada carga horária, privação de sono e intensa pressão por desempenho, constitui um ambiente propício ao uso instrumental de psicoestimulantes. A percepção de benefícios

cognitivos, mesmo diante da ocorrência de efeitos adversos e prejuízos acadêmicos, sugere uma relação utilitarista com essas substâncias, na qual os riscos são relativizados frente às exigências do curso. Esse padrão aponta para a necessidade de intervenções institucionais que abordem não apenas o uso de substâncias, mas também as condições estruturais de estresse e adoecimento presentes na formação médica (Souza *et al.*, 2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da literatura permitiu caracterizar o uso indiscriminado de medicamentos psicoestimulantes entre estudantes universitários como um fenômeno prevalente e multifatorial, fortemente associado a demandas acadêmicas intensas e à busca por aprimoramento cognitivo. Os resultados evidenciam que uma parcela significativa dos usuários faz uso dessas substâncias sem prescrição médica ou diagnóstico clínico, configurando um padrão de consumo não terapêutico e potencialmente prejudicial.

Os estudos revisados indicam que, embora os psicoestimulantes possam produzir efeitos agudos percebidos como benéficos, não há evidências consistentes de melhora acadêmica sustentada. Em contrapartida, o uso não médico está associado a desfechos adversos relevantes, incluindo alterações do sono, sintomas ansiosos, efeitos cardiovasculares e maior propensão ao uso concomitante de outras substâncias psicoativas, sugerindo um perfil de vulnerabilidade psicossocial.

Dessa forma, o uso indevido de psicoestimulantes deve ser compreendido não como uma estratégia isolada de desempenho, mas como parte de um conjunto mais amplo de comportamentos de risco no contexto universitário. Os achados reforçam a necessidade de abordagens institucionais baseadas em evidências, que envolvam prescrição responsável, ações educativas, monitoramento contínuo e políticas de promoção da saúde mental, visando à redução do uso não prescrito e à proteção da saúde e do desempenho acadêmico dos estudantes.

REFERÊNCIAS

ANTSHEL, K. M.; PARK, A.; MAISTO, S.; FARAONE, S. V. Primary prevention of prescription stimulant misuse in first-year college students. **Journal of American College Health**, v. 73, n. 6, p. 2417–2425, 2025.

ARÊDES, L. P.; LIMA, L. C. N.; MARTINS, R. I. C.; LISBÔA, A. C. V. C. **Uso de psicoestimulantes entre acadêmicos de medicina no Brasil: prevalência e fatores associados**. 2023. Trabalho de Iniciação Científica – UNIVAÇO – União Educacional do Vale do Aço S.A., Ipatinga, 2023.

ARRIA, A. M. *et al.* Nonmedical use of prescription stimulants among college students: associations with attention-deficit–hyperactivity disorder and polydrug use. **Pharmacotherapy**, Hoboken, v. 38, n. 3, p. 236–244, 2018.

ARRIA, A. M.; DUPONT, R. L. Nonmedical prescription stimulant use among college students: why we need to do something and what we need to do. **Journal of Addictive Diseases**, New York, v. 29, n. 4, p. 417–426, 2010.

ARRIA, Amelia M.; DUPONT, Robert L. Nonmedical prescription stimulant use among college students: why we need to do something and what we need to do. **Journal of Addictive Diseases**, New York, v. 29, n. 4, p. 417–426, 2010

BENJAMIN, E. J. et al. Stimulant misuse among college students**. Current Psychiatry Reports,** v. 18, n. 11, p. 1–9, 2016.

CLEMOW, D. B.; WALKER, D. J. The potential for misuse and abuse of medications in ADHD: a review. **Postgraduate Medicine**, v. 126, n. 5, p. 64–81, 2014.

CLEMOW, D. B.; WALKER, D. J. The potential for misuse and abuse of medications in ADHD. CNS **Drugs**, v. 28, n. 7, p. 611–620, 2014.

DE SANTIS, A. D.; NOAR, S. M.; WEBB, E. M. Nonmedical ADHD stimulant use in college students: a comprehensive review. **Journal of American College Health**, Washington, v. 62, n. 8, p. 532–543, 2014.

DESANTIS, A. D.; WEBB, E. M.; NOAR, S. M. Illicit use of prescription ADHD medications on a college campus: a multimethodological approach. **Journal of American College Health**, v. 57, n. 3, p. 315–324, 2008.

FAIRMAN, R. T.; VU, M.; HAARDÖRFER, R.; WINDLE, M.; BERG, C. J. Prescription stimulant use among young adult college students: who uses, why, and what are the consequences? **Journal of American College Health**, v. 69, n. 7, p. 767–774, 2021.

GARNIER-DYKSTRA, L. M.; CALDEIRA, K. M.; VINCENT, K. B.; O'GRADY, K. E.; ARRIA, A. M. Nonmedical use of prescription stimulants during college: four-year trends in exposure opportunity, use, motives, and sources. **Journal of American College Health**, v. 60, n. 3, p. 226–234, 2012.

KILMER, J. R.; FOSSOS-WONG, N.; GEISNER, I. M.; YEH, J. C.; LARIMER, M. E.; CIMINI, M. D.; ARRIA, A. M. Nonmedical use of prescription stimulants as a “red flag” for other substance use. **Substance Use & Misuse**, v. 56, n. 7, p. 941–949, 2021.

LOE, I. M. et al. Stimulant misuse prevention in college students. **Psychology of Addictive Behaviors**, v. 30, n. 1, p. 23–33, 2016.

SADOCK, Benjamin J.; SADOCK, Virginia A.; SUSSMAN, Norman. **Manual de farmacologia psiquiátrica de Kaplan & Sadock**. Grupo A, 2015.

SCHEPIS, T. S.; KRISHNAN-SARIN, S. Sources of prescription stimulants and misuse patterns. **Journal of the American Academy of Child & Adolescent Psychiatry**, v. 57, n. 10, p. 740–746, 2018.

SILVA, R. C. *et al.* Uso não prescrito de estimulantes do sistema nervoso central entre universitários: uma revisão integrativa. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 54, p. 1–10, 2020.

SOUZA, M. T. et al. Uso de psicoestimulantes entre estudantes de medicina. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 43, n. 1, p. 45–53, 2019.

VAN ECK, K. et al. Prescription stimulant misuse in college students. **Addictive Behaviors**, v. 65, p. 85–90, 2017.

WELLS, B. E. et al. Misuse of prescription stimulants among college students**. Journal of Studies on Alcohol and Drugs**, v. 81, n. 2, p. 223–231, 2020.

WILENS, T. E. *et al.* Misuse and diversion of stimulants prescribed for ADHD: a systematic review of the literature. **Journal of the American Academy of Child & Adolescent Psychiatry**, New York, v. 55, n. 1, p. 1–14, 2016.

WILENS, Timothy E. *et al.* Misuse and diversion of stimulants prescribed for ADHD: a systematic review of the literature. **Journal of the American Academy of Child & Adolescent Psychiatry**, New York, v. 55, n. 1, p. 1–14, 2016.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Guidelines on the rational use of medicines**. Geneva: WHO, 2019.

ANEXO A: Instruções para Autores da Revista COOPEX

Diretrizes para Autores

Condições para submissão

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

- Insira no sistema todos os autores do artigo. Não será permitido adicionar autores após a submissão nem ao longo do processo de revisão ou edição do artigo.
- Certificar-se da originalidade e ineditismo da submissão, ou seja, o trabalho não pode ter sido publicado anteriormente e/ ou ser submetido simultaneamente a outro periódico;
- O trabalho está alinhado às áreas temáticas e ao escopo da revista;
- O texto segue os padrões de estilo e requisitos bibliográficos descritos nos Critérios para publicação.

Critérios para publicação:

1. O corpo do texto. Os textos devem ter no máximo 6 (seis) autores, fonte Times New Roman 12, justificado e espaçamento 1,5. Recuo de parágrafo no texto de 1,25 cm. As margens devem ter 2,5 cm à direita, esquerda, superior e inferior. Deixar uma linha em branco antes de um subtítulo (tamanho 12, espaçamento 1,5). O subtítulo deve estar em negrito e sem recuo.

Artigos originais, de revisão e relatos de experiência devem ter uma extensão mínima de 10 (dez) e máxima de 20 (vinte) páginas. Devem ter no máximo 6 (seis) autores.

As **citações** diretas longas, com mais de três linhas, devem estar em parágrafo destacado do texto, com recuo de 4 cm da margem esquerda, alinhamento justificado, em espaço simples entre linhas, espaçamento antes e depois 10, fonte Times New Roman, tamanho 10 sem aspas e sem itálico, seguida da autoria entre parênteses (Sobrenome do autor, ano, página (com espaço entre o ponto e o número da página), com ponto final depois dos parênteses.

As citações diretas, no texto, de até três linhas, devem ser contidas entre “aspas” duplas e incorporadas ao texto, sem itálico (ou qualquer outro destaque), seguidas da autoria entre parênteses (Sobrenome do autor, ano, página (com espaço entre o ponto e o número da página)). Caso a identificação do autor seja feita no “corpo do texto”, usa-se, por exemplo: Para Autor1 e Autor2 (2000, p. 43), “[...] os estudantes ...”.

A citação indireta é uma construção textual feita a partir da ideia ou da opinião de um autor em uma obra que foi consultada. Nesse caso, a indicação da página consultada é opcional, mas o ano de publicação da obra é obrigatório e deve estar entre parênteses.

Quando a citação indireta é feita no corpo do texto somente a primeira letra do sobrenome dos autores em maiúscula, com o ano entre parênteses; sem colocar o número de página, por exemplo: na opinião de Autor1 e Autor2 (2000) [...].

Nunca termine uma seção com citação longa. Procure continuar com o texto de forma a estabelecer uma ligação com o item/seção seguinte.

A paginação deverá ser no lado superior direito, com a página capitular sem numeração.

2. Os artigos científicos deverão conter: Título centralizado a direita, nos idiomas: Português, Inglês e espanhol, seguindo esse mesmo critério, o Resumo, no qual deverá conter parágrafo único (100-800 palavras); espaço simples e justificado. Palavras-chave (três a cinco); Abstract: Keywords; Introdução com Revisão de Literatura; Material e Métodos; Resultados e Discussão; Considerações finais e Referências. Se necessário, fazer nota de rodapé junto ao título com Agradecimento (s), Apoios e outras Fontes Financiadoras (quando houver).
3. Os nomes dos(as) autores(as) deverão ser colocados por extenso (fonte 12), à direita logo abaixo do título, seguidos da *Formação Principal. IES. E-mail. Orcid.*
4. Logo em seguida abaixo dos nomes dos autores, onde tem*:* Autor correspondente: Nome do autor e e-mail. Colocar nesse campo o nome do autor que fez o envio do artigo, com o respectivo e-mail para contato.

Tipos de documentos aceitos para publicação

A Revista COOPEX aceita para publicação:

- Artigos de Revisão Sistemática, Estudos de caso e Revisão Bibliométrica;
- Resumos Simples e Resumos Expandidos;
- A Revista COOPEX não aceita Revisão Bibliográfica.

Critérios a serem considerados para avaliação:

- Qualidade da redação e domínio da língua;
- Qualidade no conteúdo apresentado: clareza na exposição das ideias, articulação entre as proposições, explicações claras para o leitor;
- Referencial teórico-conceitual: deve refletir o conhecimento na área determinada e ser atualizada;

- Estrutura do texto: deve conter introdução/apresentação; *f*undamentação teórica e desenvolvimento; discussão; resultados/considerações finais;
- Tema: deve ser relevante e pertinente ao contexto abordado, ao momento e à pesquisa desenvolvida;
- Avaliação preliminar pelo Conselho Editorial, o qual será examinado a adequação do trabalho, à linha editorial da revista, e a área temática;
- Deverá ser analisada a Revisão gramatical e ortográfica, bem como bibliográfica.

Resumos Simples e Resumo Expandido:

RESUMOS SIMPLES:

Título e subtítulo (se houver): deve estar na segunda linha da primeira página, em posição centralizada, com tipo de fonte verdana, tamanho 10, em negrito, com todas as letras em maiúsculo e em espaçamento entre linhas 1,5 e possuir no máximo 12 palavras.

Sobre a quantidade dos autores deverá ter no MÁXIMO 6 - COM O ORIENTADOR (caso tenha): o nome do primeiro autor deve vir duas linhas abaixo do título, alinhado à direita, com fonte verdana, tamanho 10, espaçamento simples, com primeira letra de cada nome em maiúscula e o restante em minúsculo. Uma linha abaixo do nome do primeiro autor deve constar o vínculo institucional, contendo nome da instituição, sigla, cidade e país, separados pelo caractere "–", sem aspas. Na linha seguinte ao vínculo institucional deve constar o e-mail do autor. O nome dos demais autores (caso houver) deve constar duas linhas abaixo no nome do primeiro autor, seguido de seu vínculo institucional na linha subsequente ao nome e e-mail na linha seguinte ao vínculo institucional. NÃO devem ser utilizadas ABREVIATURAS nos nomes dos autores.

RESUMO: duas linhas abaixo do nome dos autores, o resumo deve ser na própria língua do trabalho, com no máximo 250-350 palavras. Deve-se utilizar texto com fonte verdana, justificado, tamanho 10. O resumo deve ser apresentado no formato estruturado, contendo os itens: Introdução, Objetivo, Métodos, Resultados e Conclusões.

Palavras-chave: uma linha abaixo do resumo. Deve conter entre três e cinco palavras-chave, no mesmo idioma do trabalho, separadas entre si por ponto e finalizadas também por ponto, fonte verdana, justificado, tamanho 10, com espaçamento entre linhas simples.

Resumos Expandidos

RESUMOS SIMPLES:

Título e subtítulo (se houver): deve estar na segunda linha da primeira página, em posição centralizada, com tipo de fonte verdana, tamanho 10, em negrito, com todas as letras em maiúsculo e em espaçamento entre linhas 1,5 e possuir no máximo 12 palavras.

Sobre a quantidade dos autores deverá ter no MÁXIMO 6 - COM O ORIENTADOR (caso tenha): o nome do primeiro autor deve vir duas linhas abaixo do título, alinhado à direita, com fonte verdana, tamanho 10, espaçamento simples, com primeira letra de cada nome em maiúscula e o restante em minúsculo. Uma linha abaixo do nome do primeiro autor deve constar o vínculo institucional, contendo nome da instituição, sigla, cidade e país, separados pelo caractere "–", sem aspas. Na linha seguinte ao vínculo institucional deve constar o e-mail do autor. O nome dos demais autores (caso houver) deve constar duas linhas abaixo no nome do primeiro autor, seguido de seu vínculo institucional na linha subsequente ao nome e e-mail na linha seguinte ao vínculo institucional. NÃO devem ser utilizadas ABREVIATURAS nos nomes dos autores.

RESUMO: duas linhas abaixo do nome dos autores, o resumo deve ser na própria língua do trabalho, com no máximo 250-350 palavras. Deve-se utilizar texto com fonte verdana, justificado, tamanho 10. O resumo deve ser apresentado no formato estruturado, contendo os itens: Introdução, Objetivo, Métodos, Resultados e Conclusões.

Palavras-chave: uma linha abaixo do resumo. Deve conter entre três e cinco palavras-chave, no mesmo idioma do trabalho, separadas entre si por ponto e finalizadas também por ponto, fonte verdana, justificado, tamanho 10, com espaçamento entre linhas simples.

RESUMOS EXPANDIDO:

Os RESUMOS EXPANDIDOS deverão obedecer às normas vigentes na NBR 6028:2003 (ABNT), e ressaltar o objetivo, os métodos e os resultados provisórios ou definitivos da pesquisa/ação extensionista.

O título do resumo deverá ser em letras maiúsculas, centralizado e em negrito. O(s) nome(s) do(s) autor(es) será(ão) centralizado(s) na margem direita da folha, e cada participante deve especificar a Instituição da qual faz parte, o curso e o período em nota de rodapé. O resumo terá que conter de 500 a 800 palavras (sem contar título e palavras-chaves), não terá parágrafo e deverá seguir a ordem: INTRODUÇÃO, PROBLEMÁTICA, OBJETIVO, METODOLOGIA, FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA, e CONSIDERAÇÕES FINAIS. Será digitado em fonte *Arial*, tamanho 12, espaço simples. Depois do corpo do resumo, usar espaço

duplo e inserir de 3 a 5 palavras-chaves; 3 a 10 referências bibliográficas. O resumo expandido poderá ter 6(seis) autores no máximo, incluindo o orientador.

Declaração de Direito Autoral

Os direitos autorais pertencem aos autores

Política de Privacidade

Os nomes e endereços informados nesta revista serão usados exclusivamente para os serviços prestados por esta publicação, não sendo disponibilizados para outras finalidades ou a terceiros.